

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Proposição: Projeto de Lei nº 318/2023

Autoria: **Deputado Neto Loureiro**

Ementa: "Vincula o ramal predial ou o de água e esgotos à titularidade do

CPF ou CNPJ, considerando usuário o destinatário final do

serviço e responsabilizando-o por contas e tarifas"

RELATÓRIO

Recebemos para relatar o Projeto de Lei n.º 318/2023, de autoria do nobre Deputado Neto Loureiro, que "vincula o ramal predial ou o serviço de água e esgotos à titularidade do CPF ou CNPJ, considerando usuário o destinatário final do serviço e responsabilizando-o por contas e tarifas."

A matéria, ao dar entrada nesta Casa, foi lida na Sessão Plenária e em sequência distribuída em avulso para conhecimento dos nobres Deputados.

Formalizados os autos do Processo Legislativo, o mesmo foi encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Por fim, o presente Projeto foi encaminhado à Assessoria Jurídica de Apoio às Comissões para providências.

É o relatório.

PARECER DO RELATOR

Trata-se de análise do Projeto de Lei n.º 318/2023, de autoria do nobre Deputado Neto Loureiro, que a titularidade das faturas de água e esgoto no Estado de Roraima passa a ser vinculada a um usuário por meio do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro



"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), não sendo mais vinculada de forma obrigatória ao

imóvel.

É pacífico o entendimento que cabe aos Deputados, como representantes eleitos pelo

povo, a função de legislar sobre matérias relacionadas ao âmbito do Estado, identificando os

problemas sociais e propor sobre matérias de interesse da população local. Vejamos o que

dispõe a Constituição do Estado de Roraima:

Art. 41. A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Presidente do Tribunal de Contas, ao Reitor da Universidade Estadual, ao Procurador-Geral de Contas, ao Procurador Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral e aos cidadãos, na

forma e nos casos previstos no art. 61 da Constituição da República e nesta Constituição. (Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº

62/2019).

Assim, quanto à análise jurídica, no que tange à competência e à iniciativa

legislativa, o presente Projeto está em plena consonância com a Constituição Federal, uma

vez que a própria Carta Magna prevê expressamente a defesa do consumidor como um

direito fundamental e uma cláusula pétrea. Vejamos:

Art. 5°, CF/88. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade

do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos

seguintes:

(...)

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor; (sem

grifo no original)

Quanto à competência para legislar sobre o tema principal da proposição, aufere-se

que ela se encontra normatizada no artigo 24 da Constituição Federal, da seguinte forma:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar

concorrentemente sobre:

(...)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, **ao consumidor**, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Dessa forma, verificamos que o presente Projeto não incorre em nenhuma inconstitucionalidade, cumprindo rigorosamente as regras de constitucionalidade formal e material.

Assim, pelos motivos expostos, pela magnitude da matéria e por não apresentar nenhuma forma de vício que possa obstar ou macular a sua aprovação, visto que está em plena consonância com todas as normas do nosso ordenamento jurídico, **manifesto-me favorável ao Projeto de Lei nº. 318/2023.**

É o Parecer.

VOTO

Diante o exposto, opinamos pela **aprovação do** Parecer ao **Projeto de Lei nº 318/2023**, e conclamamos aos nobres Pares a adoção do Parecer desta relatoria.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2024.

Deputado Armando Neto Relator